

**“Plantas novas que os doutos não conhecem”:
a exploração científica
da natureza no Oriente
português, 1768-1808**

*“New plants that scholars
do not know:” scientific
exploration of nature in
Portuguese East Asia,
1768-1808*

Magnus Roberto de Mello Pereira

Integrante, Centro de Documentação e Pesquisa de História dos
Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.
Rua General Carneiro, 460
80060-150 – Curitiba – PR – Brasil
magnusdocs@gmail.com

Recebido para publicação em setembro de 2016.
Aprovado para publicação em dezembro de 2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000300007>

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello.
“Plantas novas que os doutos não conhecem”:
a exploração científica da natureza no Oriente português,
1768-1808. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.665-685.

Resumo

Com a perda da maioria de suas conquistas para os neerlandeses, o Oriente português ficou reduzido a feitorias residuais, e o Brasil passou a ocupar o centro das atenções nas políticas coloniais. Assim, no século XVIII, a Coroa portuguesa não demonstrou grandes interesses em desenvolver o conhecimento autônomo da natureza do Oriente. Tais interesses se apresentavam vinculados a propósitos de reconfigurar a economia das colônias brasileiras. Ganhava corpo o intuito de aclimatar no Brasil espécies orientais de interesse econômico, como a pimenta-da-índia, a noz-moscada, a canela, o cravo, a teca e o sândalo, propósito que não foi imediatamente bem-sucedido. O artigo acompanha essa tentativa de estender ao Oriente a rede científica portuguesa e o processo de transplantação de espécies.

Palavras-chave: Império Colonial Português; viagens filosóficas; Manuel Galvão da Silva (1750-?); Francisco Luís de Meneses (?-1804); aclimação.

Abstract

As Portugal lost most of its conquests to the Dutch, Portuguese East Asia was reduced to the remaining trading posts (feitorias) and Brazil became the center of attention for colonial policies. Consequently, during the eighteenth century the Portuguese crown did not express greater interest in developing native Eastern knowledge of nature. These interests were tied to goals involving reconfiguration of the economy of the Brazilian colonies. The idea to cultivate economically important Eastern species such as pepper, nutmeg, cinnamon, cloves, teak, and sandalwood in Brazil took shape, but was not immediately successful. This article examines this attempt to extend Portugal's scientific network to the East, as well as the process of transplanting these species.

Keywords: Portuguese Colonial Empire; philosophical voyages; Manuel Galvão da Silva (1750-?); Francisco Luís de Meneses (?-1804); acclimation.

Durante o primeiro século da expansão colonial portuguesa, as conquistas do Oriente foram consideradas as joias da coroa. O centro do império do Oriente era Goa, a Dourada, que se transformou num lugar mítico, cujas riquezas excitavam o imaginário europeu. Conquistada pelos portugueses, a cidade transformou-se em febricitante centro urbano, congregando uma comunidade de letrados que incluía comerciantes, homens de armas, religiosos, administradores e aristocratas do Oriente. Tomé Pires, boticário que fazia parte desse grupo, foi o primeiro a elaborar um livro no qual era descrita a flora de uma vasta região que hoje é integrada por Índia, Malásia e Indonésia: a *Suma oriental* (Cortesão, 1978).

Goa foi a primeira colônia portuguesa a contar com uma tipografia. Os jesuítas instalaram uma prensa na cidade em 1556, na qual editavam livros não apenas em português, mas também nas línguas nativas (ver Garmes, 2004). Em seguida, foram estabelecidos outros prelos, num dos quais foi editada uma obra pioneira, os *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia* (Orta, 1563). Garcia de Orta, o autor, era um médico cristão-novo que chegara à Índia em 1534 e se dedicara a compor uma farmacopeia do Oriente.

A obra foi publicada em português, não em latim – que era corrente para os livros de medicina e botânica. O autor recorreu a um gênero literário clássico, que fora revalorizado no Renascimento: o diálogo. No livro, um médico chamado Ruano, que acabara de chegar à Índia, entabula 59 diálogos fictícios com Orta, dos quais emerge uma revisão dos simples (espécies medicinais) do Oriente. Do ponto de vista epistemológico, o autor fazia a defesa da observação direta e da experimentação, em detrimento do conhecimento livresco obtido pela simples leitura de Hipócrates, Avicena e Galeno. Aos questionamentos de Ruano, que se apoiava nesses clássicos, Orta (1563, p.19) respondia: “Não me ponhais medo com Dioscórides e Galeno”. Ao conhecimento dessas obras europeias, contrapunha a observação direta e o saber médico local: “Eu vi fazer isso ... em secreto o Bramane, porque era muito meu amigo” (p.41).

Além de fornecer aos europeus o conhecimento sobre os usos medicinais das drogas e especiarias do Oriente, *Colóquios* apresentou-lhes as frutas regionais: carambolas, mangas, duriões, jacas, jangomas, mangustões, brindões e lichias, além dos abacaxis e mamões, nativos das Américas, os quais mostram como fora rápida a transferência intercontinental de espécies promovida pelos portugueses.

O livro trazia ainda a contribuição de um autor letrado do Oriente, o qual alcançaria fama e glória: Luís de Camões. Aliás, o poema em que Camões elogia Orta foi sua primeira obra publicada.

Favorecei a antiga
Ciência que já Aquiles estimou:
Olhai que vos obriga,
Verdes que em vosso tempo se mostrou
O fruto daquela Orta onde florecem
Prantas novas, que os doutos não conhecem.
Olhai que em vossos anos
Produz uma Orta insigne várias ervas
Nos campos lusitanos:
As quais, aquelas doutas protervas
Medeia e Circe nunca conheceram.
Posto que as leis da Mágica excederam.

E vede carregado
D anos, letras e longa experiência
Um velho que ensinado
Das gangéticas Musas, na ciência:
Podalíria sutil, e arte Silvestre,
Vence o velho Quíron de Aquiles mestre.
(Camões citado em Orta, 1563).

Garcia de Orta morreu poucos anos após a edição dos *Colóquios dos simples*; todavia, não escapou da Inquisição. Sua família foi denunciada por práticas judaizantes, o que atizou a sanha inquisitorial. A irmã foi queimada viva, e os ossos do médico foram exumados e também tiveram a fogueira como destino.

Na mesma época em que a obra de Orta era banida do mundo português, ela iniciava uma trajetória de sucesso na Europa. Seu texto, adaptado e traduzido para o latim pelo médico e naturalista Charles de l'Écluse (Clusio, Horto, 1567), teve ampla difusão na Europa. Clusio, como era conhecido, revisou, ampliou, acrescentou comentários e reeditou a obra de Garcia de Orta durante décadas. Contudo, a adaptação feita por l'Écluse, que foi seguida pelos demais tradutores, representou uma perda. O diálogo no qual toda a questão de método era discutida foi suprimido, e o livro passou a ser apenas uma farmacopeia de plantas exóticas. Lembremos que as edições adentraram o século XVII, período em que se estabeleceram as bases do método científico moderno. Assim, a contribuição original de Garcia de Orta ficou fora desse debate.

Clusio não teve o monopólio na difusão da obra de Garcia de Orta, pois encontrou um concorrente em Cristóvão da Costa, que publicou a sua versão dos *Simplex*, também despida da forma de diálogos, à qual deu o nome de *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales* (Acosta, 1578).

O interregno batavo

Durante o século XVII, Portugal perderia a maior parte de suas colônias do Indo-Pacífico para os holandeses e também a primazia do conhecimento ocidental sobre a natureza do Oriente. Em decorrência, nesse período, serão dois holandeses, a serviço da Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC), a desenvolver o conhecimento científico da fauna e da flora dessa região do globo, a começar pela obra monumental, concebida pelo governador holandês Hendrik van Rheedee, os 12 volumes do *Hortus indicus malabaricus* (Van Rheedee, 1678-1703). A obra foi elaborada em Cochim, na feitoria que os holandeses haviam tomado aos portugueses, e levou trinta anos para ser compilada. Participaram na sua elaboração funcionários, religiosos e residentes lusos e neerlandeses. Van Rheedee contou com a colaboração do rei de Cochim e do samorim de Calicute, que colocaram a seu dispor diversos médicos de origem concâni e malaiala, os quais incorporaram à obra os saberes médicos locais. Outro estudioso da natureza do Oriente foi Georg Everhard Rumphius, que durante décadas viveu na ilha de Amboino, mais uma das colônias portuguesas tomadas pelos neerlandeses. O *Herbarium amboinense* só foi publicado em 1741, porque a VOC considerou que parte das informações sobre a flora regional deveria permanecer em sigilo. Tanto o *Hortus malabaricus* quanto o *Herbarium amboinense* são obras pré-lineanas, mas que ajudaram Lineu a construir seu método

taxonômico. Muito dos nomes botânicos propostos por Van Rhee de e Rumphius são ainda hoje empregados.

De volta aos portugueses

Com a perda da maior parte de seu império oriental, a região do Indo-Pacífico deixaria de ocupar o centro da agenda colonial portuguesa, que se voltou, cada vez mais, para a América. Desde o período filipino, tornaram-se frequentes os discursos em defesa da ideia de abandonar as colônias da região.¹ A proposta de produzir especiarias orientais no Brasil também ganha adeptos (Almeida, 1975). Afinal, o monopólio das especiarias havia sido perdido para a VOC, e a transferência da produção para o Atlântico seria uma maneira de fazer frente à poderosa companhia. Sob o influxo de Colbert, os franceses já estavam criando a rede botânica que lhes permitiria, mais tarde, fazer frente ao exclusivo neerlandês. Foi exatamente em Paris que o diplomata e economista colbertiano Duarte Ribeiro de Macedo escreveu o “Discurso sobre se poderem transplantar todas as plantas, que [há] na Ásia, na nossa América, e conveniência que disso podem resultar ao Reino” (Macedo, s.d.). Percebe-se que, a partir dessa época, a Coroa portuguesa passou a ceder lentamente às pressões para liberar a produção de condimentos do Oriente no Brasil, a começar pelo gengibre. No entanto, as despesas do deficitário Estado da Índia, que em parte dependiam desse comércio, pesavam a favor da manutenção do monopólio oriental. Quebrando secular interdição, a Coroa portuguesa deu ordens, em 1677, para que fossem enviadas às colônias da América e da África sementes de gengibre, noz-moscada, cravo, canela e pimenta (Almeida, 1975, p.358). Para auxiliar no cultivo da canela, chegaram a ser mandados alguns goeses à Bahia. Isso não significava a retomada do estudo sistemático da natureza oriental, mas implicava uma aproximação de Portugal com o novo impulso de conhecimento botânico que se deu na Europa no final do século XVII. Esse esforço de transplantação intercontinental foi, no entanto, rapidamente esquecido com o início da exploração aurífera em Minas Gerais.

O interesse português pelas coisas da natureza do Oriente só voltaria a despertar a partir de meados do século XVIII, já nos quadros do esforço de *aggiornamento* científico de Portugal conduzido pelo marquês de Pombal. Em 1760, o próprio Sebastião de Carvalho e Melo envolveu-se em um projeto de transferência de pés de pimenta da Índia para o Maranhão. A proposta era a retomada “do Comércio que deste gênero fazem os Estrangeiros depois de no-lo haverem arrancado das mãos pelos estranhos modos que são bem manifestos” (AHU-Índia, s.d., códice 425). Todavia, o projeto de aclimação não avançou, tampouco foram feitas tentativas mais consistentes de estudo da natureza indiana.

Quando da criação do Jardim Botânico de Coimbra e do complexo de História Natural da Ajuda, o naturalista Domingos Vandelli e o ministro Martinho de Melo e Castro buscaram criar uma rede de funcionários e curiosos, em Portugal e nas colônias, com vistas à constituição dos acervos dessas instituições (Domingues, 2001; Kury, 2004). O ministro do Ultramar expediu ordens aos governadores das conquistas orientais para que enviassem a Portugal todo tipo de produtos da natureza. Em resposta, chegaram alguns poucos espécimes, mas também avaliações sobre a possibilidade de estabelecer a produção de especiarias nos territórios remanescentes das colônias portuguesas orientais.

Parece que nestas Ilhas se poderia facilmente plantar o cravo, e a noz-moscada, o que seria fácil pela vizinhança em que se acham as Molucas, devendo-se por esta razão crer, que lhe seja o seu clima mais análogo, que o das Maurícias, em que os Franceses vão cultivando estas especiarias (AHU-Timor, s.d., cx.3, doc.8).

João Batista Vieira Godinho, o governador de Timor responsável por esse comentário, tentou, ainda que com pouco sucesso, preparar uma remessa consistente de exemplares da fauna e da flora regional para a Ajuda, em Lisboa. A carga incluía uma cacatua, de Solor, e, da ilha de Seram, periquitos e um "pássaro chamado Bruma", maior que uma ema e que não teria nem asas nem língua. Um casuar do sul (*Casuarium casuarium*), seguramente. Preparou, ainda, uma partida de lagartos e cobras conservados em aguardente e um conjunto de conchas, corais e pedras da ilha. O governador também não descuidou do aspecto "antropológico". Na remessa iam "duas crianças, uma de Timor e outra de Solor, com os seus vestidos de que usam" (AHU-Timor, s.d., cx.3, doc.126).

Quando deixou o governo, dada a dificuldade de providenciar transporte direto para a Europa, Vieira Godinho levou os exemplares até Macau, para, dali, enviá-los a Portugal. Já no trajeto entre Timor e Macau morreram todas as aves, e os répteis conservados em aguardente chegaram estragados por ter sido mal embalados. Mais sorte tiveram as madeiras de Timor, às quais o governador dedicou especial cuidado. Enviou amostras de trinta espécies da ilha e listou as características de mais 15, cujos exemplares não chegaram às suas mãos até deixar o governo. Em Macau, acrescentou amostras de mais 22 espécies chinesas.

Nessa feitoria portuguesa, dedicou-se a finalizar um álbum botânico referente à flora de Timor, a maior parte árvores e arbustos. Segundo Vieira Godinho, o códice foi pintado por um "chinesa de Macau", já que em Timor ele não encontrou quem o fizesse. A obra traz na capa o título *Virtudes de algumas plantas, folhas, frutas, cascas e raízes de diferentes árvores e arbustos da ilha de Timor*, e a autoria é atribuída ao frade carmelita Alberto de São Tomás. Não se esclarece se o religioso foi apenas o responsável apenas pelas descrições das espécies ou se ele também as esboçou graficamente (Faria, 1969). Apesar de ter sido elaborado por volta de 1790, o códice mistura características lineares e pré-lineares, o que indica que os envolvidos em sua elaboração não eram completamente desprovidos de formação na área botânica.

As ordens de Martinho de Mello e Castro determinando o envio de produtos para a Ajuda também chegaram a Macau. As respostas foram muito pontuais e feitas quase que como presente pessoal ao ministro. Questão semelhante pode ser observada em outras colônias portuguesas, nas quais as remessas de produtos da natureza para o Museu de História Natural da Ajuda também eram encaradas como donativos pessoais, os quais não eram enviados de forma desinteressada ou por interesse meramente científico.

Um carregamento de pássaros exóticos, uma caixa com conchas raras, ou para entrarmos no pequeno teatro de horrores da época, um casal de crianças negras albinas ou anãs, era frequente servirem de introito a um pedido de promoção de um subalterno, ou a uma solicitação de retorno para casa, feita por um obsequioso alto funcionário cansado do clima inóspito das colônias (Pereira, 2002, p.39).

Práticas como essas não eram exclusividade do mundo português. Segundo o historiador Gómez-Centurión (2009), no império espanhol não era diferente. As dádivas científicas

enviadas por parte dos “vice-reis e governadores do ultramar pretendiam simplesmente agradar ao monarca e obter dele alguma mercê, quase sempre uma promoção ou o rápido retorno à península, para um posto em destino mais agradável” (p.186). Ao demandar exemplares de fauna e flora, os dirigentes das instituições científicas europeias imaginavam que estavam estabelecendo redes científicas. No entanto, os canais por onde fluíam tais solicitações eram caracterizados por uma cultura administrativa que se debatia no interior de um duplo influxo. De um lado, a intenção de construir um aparelho de Estado que deveria ser moderno e impessoal, de cunho iluminista, do outro, as práticas características do Antigo Regime, que envolviam dádivas e laços interpessoais (Pereira, 2013, p.107).

Tais características podem ser observadas em uma primeira remessa enviada de Macau, em 1784, por Joaquim Carneiro Machado, capitão de mar e guerra das naus da Coroa. “Ofereço a V. Exa. como coisa rara destas partes, duas árvores, cada com duas frutas da mesma árvore; e 2 pares de pássaros cada par de diferente qualidade” (AHU-Macau, s.d., cx.15, doc.1), escreveu o capitão a Melo e Castro.

Em 1789, foi a vez de Lázaro da Silva Ferreira, ouvidor e governador interino de Macau, que mandou para Lisboa “um caixote com conchas, búzios e outras produções marinhas; e outro com uma boa árvore e outras mais pequenas” (AHU-Macau, s.d., cx.18, doc.19). O ouvidor se comprometia a fazer, nos anos seguintes, remessas com espécies de Timor e das Filipinas. No entanto, no ano seguinte se desculpou por enviar apenas “um caixão com algumas coralinhas negras e outras produções marinhas” (AHU-Macau, s.d., cx.18, doc.36), pois não conseguira obter os produtos dos lugares prometidos.

Nova remessa somente seria enviada dez anos depois, quando a conjuntura já era outra. Melo e Castro, que havia morrido, fora substituído por dom Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares. O novo ministro estava interessado em transformar a estrutura agrícola do império colonial português com a introdução de novas culturas e a melhoria das existentes (Dean, 1991, p.222). Além disso, o seu principal foco de interesse era explicitamente o Brasil. Em 1799, vamos encontrar o governador de Macau, Cristóvão de Castro, envolvido na tentativa de fazer chegar às colônias da América uma variedade de cana-de-açúcar oriental (AHU-Macau, s.d., cx.21, doc.11). Franceses e ingleses haviam introduzido no Caribe espécies de canas chamadas ora do Taiti, ora da China, ora da Índia, que haviam provocado um ganho considerável de produtividade na produção de açúcar. Portugal tentava o mesmo. A carga chegou a Lisboa, e dom Rodrigo mandou dividi-la e reembarcá-la para diversas capitânicas do Brasil. Contudo, o secretário do ministro não conseguia saber notícias da remessa nem do navio que a havia trazido do Oriente. Se as canas chegaram ao Brasil é um mistério. Provavelmente não, pois se considera que a difusão de canas açucareiras orientais só aconteceu após a invasão da Guiana pelos portugueses, em 1809: as canas caianas, por corruptela, caianas.

Outro propósito de Linhares era introduzir o cultivo e a produção de chá nas colônias americanas. Em 1798, Alexandre Rodrigues Ferreira, o naturalista luso-brasileiro que na prática dirigia o complexo de História Natural da Ajuda,² foi encarregado de preparar uma remessa de plantas para o Brasil, que incluía mudas da camélia do chá, oliveiras e caneleiras. No último momento, com receio dos riscos, o ministro ordenou que fossem retirados os exemplares dos pés de chá e de oliva, os quais deveriam permanecer no Jardim Botânico até segunda ordem (Muhnac, s.d.a.). Não se sabe o destino desses exemplares, mas Souza Coutinho continuou

o intento de obter mudas e sementes de chá no Oriente. Chegou a mandar imprimir no Arco do Cego um folheto com instruções para o transporte de sementes, o qual foi enviado, em 1800, para o oficialato administrativo de Macau, entre eles o ouvidor Antônio Pereira dos Santos (AHU-Macau, s.d., cx.21, doc.27). A resposta do ouvidor a dom Rodrigo não foi das mais esperançosas. O negócio do chá estava concentrado em Cantão e era mantido sob estrita vigilância pelos chineses, que tentavam manter o monopólio. Relatou que os ingleses da Companhia das Índias também estavam fazendo tentativas, mas em vão. Um inglês chegara a ser preso por tentar comprar mudas. Em 1801, Linhares continuaria a insistir com os governadores de Macau, sem resultado (AHU-Macau, s.d., cx.22, doc.8). Apenas no ano seguinte as notícias foram positivas. Seguiam "no Navio Balsemão dois caixotes, um com quatro pés de plantas de Chá, que já há um ano que os conservava, e outro com as sementes da mesma planta, que justamente foram por mim semeadas nas vésperas da partida do mesmo navio" (AHU-Macau, s.d., cx.22, doc.45), relatava o governador. O destino dessas mudas é desconhecido. Sabe-se, porém, que o cultivo do chá somente foi introduzido no Brasil por volta de 1813, no processo de criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. As sementes foram enviadas por Rafael Bottado de Almeida, um comerciante originário de Macau, e pelo brigadeiro Manoel Marques, que não se sabe onde as conseguiu. Todavia, a concorrência dos ingleses, que introduziram o cultivo do chá nas suas colônias da Índia e Ceilão, impediu que a *commodity* produzida no Brasil se tornasse um produto de exportação.

Um jesuíta botânico

No Oriente, também é preciso ressaltar a atuação do padre João de Loureiro. Esse jesuíta português foi destacado para atuar como matemático e naturalista na corte do rei da Cochinchina, o atual Vietnã. Contam seus biógrafos que ele foi um autodidata que se iniciou na área botânica lineana graças a uma coleção de livros que obteve de um capitão de navio inglês no Oriente, entre elas o *Genera plantarum* e outras obras de Lineu (Gomes, 1872, p.1-16; Carvalho, 1987, p.100-101). Em troca, o capitão Thomas Riddel recebeu um conjunto de plantas da península indochinesa, devidamente classificadas por Loureiro. De volta a Londres, o capitão repassou esse material a Joseph Banks, presidente da Royal Society, que dirigia o Jardim de Kew e centralizava a política botânica inglesa. Banks e Loureiro passaram, então, a trocar cartas. O padre também estabeleceu correspondência com o naturalista sueco Daniel Solander e fez remessas de plantas orientais para Lineu filho, que assumira o lugar do pai na Universidade de Uppsala.

Devido a questões políticas locais, Loureiro teve de deixar por algumas vezes a Cochinchina. Viveu algum tempo em Macau e em Cantão, na China, onde continuou seu labor botânico. Por fim, em 1777, partiu definitivamente numa longa peregrinação pela Ásia e Moçambique até chegar a Portugal em 1784. Loureiro foi recebido com entusiasmo no meio científico português e logo admitido na Academia Real das Ciências. Suas observações botânicas, que incluíam espécies não só da Cochinchina, mas de China, Malabar, Sumatra e Moçambique, foram reunidas na *Flora cochinchinensis* (Loureiro, 1790), publicada pela mesma Academia e reeditada, na Alemanha, pelo botânico Carl Willdenow (Loureiro, 1793). A obra foi aproveitada

por diversos estudiosos europeus e estabeleceu os fundamentos do conhecimento botânico lineano da península indochinesa.

Um naturalista baiano em Goa

Entre 1763 e 1788, a Coroa portuguesa empreendeu um esforço bélico contra os reinos indianos vizinhos com vistas a anexar territórios a Goa e fazer com que a colônia ultrapassasse sua condição de mera feitoria. Essas terras, que ficaram conhecidas como Novas Conquistas, triplicaram a superfície da colônia. Ao mesmo tempo, teve início uma tentativa de devolver o antigo esplendor à cidade velha de Goa, que fora abandonada após sucessivas epidemias provocadas pela contaminação das águas de que se serviam os moradores. Mais uma vez, foram derrotados pela insalubridade do sítio da cidade (ver Pereira, 2005).

Outro importante projeto da época foi a criação, em 1776, da Intendência Geral da Agricultura, a qual, segundo a historiadora Eugênia Rodrigues (2014), tinha o objetivo de promover o desenvolvimento agrícola, visando à autossuficiência alimentar e ao crescimento do comércio, por meio do aumento da produção e da introdução de novas culturas. A Intendência era composta por um inspetor e intendente-geral, um ajudante e um escrivão, a que se juntaram, em 1782, quatro ajudantes nas ilhas Bardez e Salsete. Ela foi particularmente ativa durante suas primeiras administrações: a do coronel Assa Chermont (1776-1785) e a de Simeão Rodrigues Pereira (1786-1794). A execução do plano de desenvolvimento agrícola, que suscitou uma vigorosa oposição dos chefes locais, traduziu-se em medidas compelindo ao arroteamento de terrenos, à construção de infraestruturas relacionadas com novas várzeas de arroz, ao aforamento de terras e ao cultivo de certas espécies em quantidades determinadas. Posteriormente, a Intendência ocupar-se-ia, essencialmente, de experiências com plantas medicinais, além de envolver-se na tentativa de criação de um jardim botânico em Goa.

Na Índia portuguesa, da mesma forma que nas outras colônias do Oriente, foram tímidas as respostas aos pedidos de produtos da natureza local para o Jardim Botânico e o Museu da Ajuda. Quando foi concebido o grande plano exploratório da natureza das colônias, o qual resultou nas viagens filosóficas, o Oriente ficou praticamente de fora, a não ser pela apressada passagem do naturalista Manuel Galvão da Silva por Goa. Galvão era natural da Bahia e estudou medicina e filosofia na Universidade de Coimbra, que acabara de ser reformada pelo marquês de Pombal. Ele integrava o grupo de luso-brasileiros que foi preparado no complexo da Ajuda para realizar viagens exploratórias às colônias. Em 1783, saiu de Lisboa com destino a Moçambique, todavia sua trajetória foi um tanto tortuosa. Antes de chegar ao seu destino final, esteve na Bahia e, depois, em Goa. O naturalista chefiava uma pequena equipe composta pelo desenhista Antônio Gomes e pelo jardineiro botânico José da Costa.

As ordens vindas de Lisboa eram para que o governador do Estado da Índia fizesse Galvão e seus parceiros,

sem a menor perda de tempo, correr a costa e margens da Ilha de Goa, e mais ilhas das províncias adjacentes, fazendo as suas jornadas por água, e podendo, saltar em terra naqueles sítios onde puderem achar ou descobrir tudo que respeita a História Natural; que depois os fizesse passar ao exame dos Gates,³ Províncias de Pondá, Bicholim e Sanguem

para recolherem tudo, o que pertencer à mesma História" (AHU-Índia, s.d., códice 517, f.185v-186).

Para servir de guia à expedição, o governador designou o ajudante da Agricultura, Simeão Rodrigues Moreira, "pessoa hábil e inteligente com muito conhecimento do país e suas produções" e que era o auxiliar do coronel Assa Chermont, intendente geral da Agricultura de Goa. Todavia, o próprio Galvão afirmaria que esse roteiro não foi seguido à risca.

Ainda que o tempo era tão curto, não perdi momento, que não aplicasse ao exame de Goa, e das ditas Ilhas; mas com tão pouca felicidade que por mais que trabalhei não apareceu coisa que Se pudesse chamar de proveito; nem ao menos Servir para o Real Museu. Desta sorte, cheio de desconsolação, ouvindo dizer que em Mormugão havia uma mina de oiro, e se tiravam naquele mar imensas pérolas, quis ver se por este modo reparava tanto trabalho tão inutilmente feito; porém tudo debalde, não encontrando pelos lugares por onde viajei coisa que mereça particular atenção. É verdade que o tempo não deu lugar para passar ao Gates, nem caminhar além de Bandurá, onde talvez se fizessem alguns descobrimentos mais interessantes; mas como me arriscaria a ficar mais por um ano em Goa? Sabendo que não é do intento de V. Ex.a, nem útil ao Serviço de S. Majestade aplicar as expedições a matérias de pouca entidade; ainda quando o que for aparecendo, pode ser remetido de Goa pelo Ajudante d'Agricultura, e se aparecer alguma coisa que mereça ser desenhada, aqui há hum pintor capaz de o executar se lhe mandarem. Este o motivo que me obriga deixar Goa, e partir para Moçambique, tendo apenas feito reflexão que, não havendo nestas ilhas, nem em os lugares onde tenho estado, outras minas se não de ferro tem criado a natureza estas terras as mais próprias para serem agricultadas, ainda que ao mesmo tempo os seus naturais são tão preguiçosos, que se deixariam antes perecer de fome, do que plantarem esse pouco de arroz que se produz por aqui, e que cultivam, mais obrigados do medo, do que conduzidos pela necessidade (Muhnac, s.d.b., remessa 387).

Apesar de ter recebido uma formação científica moderna, Manuel Galvão da Silva por vezes parece arcaico no seu modo de agir. Em sua correspondência, insiste que não achou nada em Goa que fosse digno de nota. Sua tarefa era fazer um levantamento sistemático da natureza da colônia, segundo os pressupostos lineanos das *Breves instruções...* (1781) publicadas pela Real Academia das Ciências de Lisboa (ACL). Todavia, parecia estar em busca de coisas raras e singulares e, como um velho aventureiro, imaginava poder encontrar minas de ouro ou pedras preciosas. Galvão tinha predileção pela geologia e foi nessa área que concentrou suas recolhas e remessas a Lisboa: "Vão vários pedaços de ferro de diversas partes, vai uma pedra das que por aqui se usam nos altares, vão alguns Saquinhos com argilas, e é toda a remessa; e um frasco de lata com peixes. Vão também cinco plantas desenhadas, e pintadas; e umas poucas em herbário" (Muhnac, s.d.b., remessa 387).

O naturalista nunca demonstrou grandes interesses pela botânica, contudo, de fato, em dois meses não era possível fazer grandes observações na área. Do ponto de vista da epistemologia lineana, os estudos botânicos exigem longos períodos de permanência, pois é preciso acompanhar as diversas fases da planta, em especial a da floração. Aparentemente, a época em que a expedição chegou a Goa não era das mais propícias: "Plantas sim há por aqui em abundância, mas como poucas já se acham florescidas, não se podem conhecer" (Muhnac, s.d.b., remessa 387), afirmava. Além do que, queixava-se de não ter em mãos as

obras de Van Rheedee (1678-1703) e de Rumphius (1741) para auxiliá-lo. Como resultado de sua viagem exploratória por Goa, Galvão elaborou ainda um pequeno relato, em latim e português, e incluiu nele as suas tentativas de classificação lineana de alguns minerais e plantas (AHU-Índia, s.d., cx.365). Esse relato, no entanto, só seria publicado no século XIX, pelo bibliotecário e historiador Cunha Rivara (Silva, 1862).

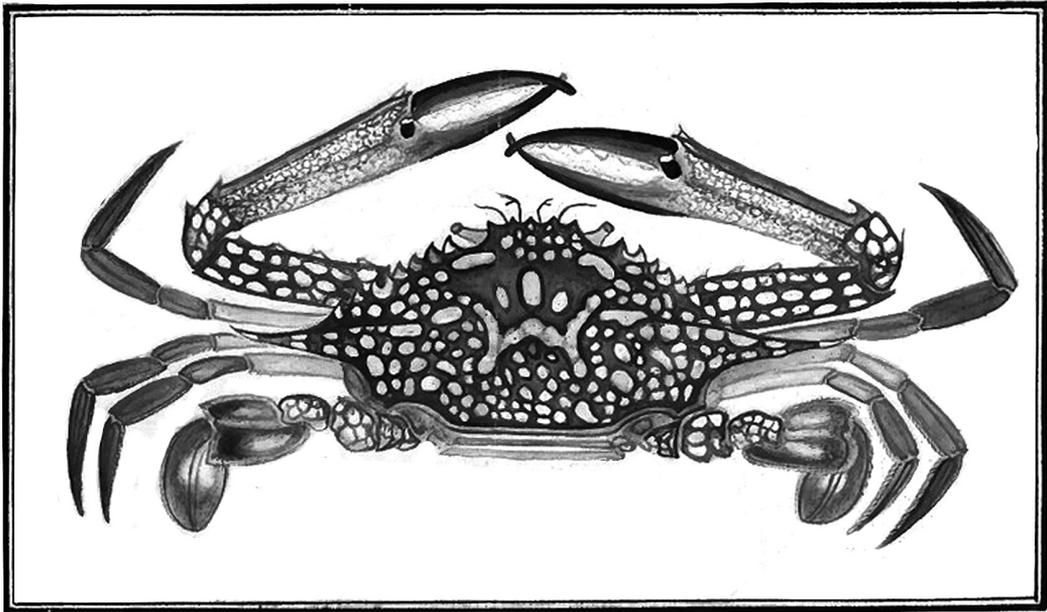
Em 31 de janeiro de 1784, o naturalista e seus auxiliares zarparam para a África. Alguns autores imaginam que a permanência da equipe em Goa deveria ter sido maior e atribuem a Galvão a partida apressada para Moçambique. Todavia, eram essas as ordens trazidas de Lisboa. Eles deveriam seguir viagem no navio que partia em finais de janeiro ou início de fevereiro, daí a insistência em que, mal desembarcassem em Goa, iniciassem viagens exploratórias pelo território da colônia.

Na realidade, a passagem de Galvão por Goa foi a única iniciativa oficial feita por Portugal com vistas ao estudo autônomo das coisas da natureza da colônia durante todo o século XVIII. As expectativas do naturalista de que o ajudante Simeão Rodrigues Moreira assumiria o papel de prover a ajuda de produtos da natureza indiana não se concretizaram, e o resultado de suas recolhas acabou parando em outras mãos. O herbário enviado por Galvão foi levado para a França, em 1808, como parte do saque das instituições científicas portuguesas, ordenado por Napoleão (ver Simon, 1983, p.62; Hamy, 1908, p.63).

Um *amateur* das ciências naturais

Na ausência de ações oficiais da Coroa em Goa, o espaço foi ocupado pela iniciativa de um amador que trouxe para si a tarefa de suprir as instituições portuguesas com espécimes referentes à história natural da Índia. Francisco Luís de Meneses ocupava um lugar de destaque nas milícias, era mestre de campo do Terço de Auxiliares da ilha de Goa e um dos mais ricos e atuantes comerciantes da Índia portuguesa (Pinto, 1994, p.120). Não satisfeito com sua fortuna, ele buscou elevação e reconhecimento pessoal, transformando-se em *amateur* das ciências da natureza, uma figura tipo que é essencial à constituição das coleções oficiais não apenas de Portugal, mas por toda a Europa (ver Pomian, 1987; Drouin, 2011). O seu interesse pela história natural aparece documentado desde o início da década de 1770. É ele mesmo quem afirma ter elaborado duas relações sobre o tema, em 1771 e 1772, as quais acompanhavam remessas de produtos da natureza enviadas a José Rollem Van Deck (Muhnac, s.d.b., remessa 384). Essas relações acabaram chegando à ACL, onde foram lidas, o que provocou a aproximação entre o *amateur* e a instituição. Após a morte do coronel Van Deck, os herdeiros venderam para a Coroa o seu famoso gabinete de curiosidades por 1600\$000 réis (Costa, 2000, p.176). Esse gabinete, juntamente com duas coleções negociadas por Domingos Vandelli, constituiu o acervo inicial do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, que começou a ser organizado em 1779.

Por outro lado, as memórias e remessas feitas a Van Deck levaram a ACL a conceder a Francisco Luís de Meneses a honraria de ser sócio correspondente, em agosto de 1780, o que lhe serviu de estímulo. Nos anos seguintes, ele passaria a fazer sucessivos envios à ACL de exemplares zoológicos, botânicos, geológicos e etnológicos de Diu, de Goa e da Costa do Malabar em geral e de diversas outras regiões do Oriente. Parte desse material foi repassada ao



SAMADRÎ

Figura 1: Caranguejo desenhado por Francisco Luís de Meneses (Fonte: Meneses, 1788a).

Museu da Ajuda. Assim, as remessas feitas por Meneses tornaram-se parte constitutiva dos três museus organizados sob os auspícios da Coroa: o de Coimbra, o da Ajuda e o da Academia.

No início de 1783 chegou à academia um caixote, enviado por Meneses, contendo uma tentativa de replicar as remessas feitas anteriormente a Van Deck, o qual era acompanhado por uma "Relação" comentada (Muhnac, s.d.b., remessas 384 e 385). Entre os produtos remetidos estavam peles de teriós, os pangolins indianos. Ao se referir a esses animais, Meneses demonstra ter acesso à literatura especializada, pois cita a *Histoire naturelle*, de Buffon (1763), além de mencionar outros autores recentemente publicados à época. Por outro lado, o material que ele enviava do Oriente era uma miscelânea composta de conchas, caranguejos, peles de cobras e aves, frutos secos e algumas rochas e amostras de madeira, muitas vezes sem indicar o local onde haviam sido coletados, formando uma coleção mais própria de um gabinete de curiosidades do que de um Museu de História Natural. Outra remessa, feita em 1785, era composta de:

- Pele do Teriô ou Bicho Vergonhoso
 - " Haru ou Telagoia
 - " de uma cobra chamada Divol
 - " de um animal Rato Cheiroso ou Chinxumdri
 - Seis ninhos de Pássaros Sanurans
 - Um pedaço de Bendole, ou espécie de polípedo.
 - Ouriços do mar tirados dos rochedos de Angediva
 - Conchas e búzios da dita Ilha
- (Muhnac, s.d.b., remessas 385a e 385b).

Os envios de Francisco Luís de Meneses não pararam por aí. Em 1787, chegavam “um vidrinho com vários bichos” e diversos pombos e morcegos. Em 1788, 1789 e 1790, o naturalista amador voltaria a fazer remessas a Portugal de produtos da natureza indiana e de alguns artefatos (Meneses, 1788b; Muhnac, s.d.b., remessas 385c, 385d, 385e).

Meneses também não descuidaria da produção textual sobre a fauna goesa, a começar por uma memória ilustrada intitulada *Historia natural e descrição do terió, ou bicho vergonhoso* (Meneses, s.d.b), como os portugueses chamavam o pangolim, devido à sua capacidade de se enrolar até se transformar em uma esfera. Em 1778, enviou para a Academia um estudo intitulado *Descrições de história natural* na qual ele trata do caranguejo “Crusaxo”, do pirilampo, do “Pitoli Rai-Boncurdi” e da andorinha “Salangane” (Meneses, 1788a). Além disso, Francisco Luís de Meneses tinha pretensões a desenhista e incluiu em seus estudos da fauna goesa ilustrações aquareladas de animais, feitas de próprio punho.

Sua faceta de ilustrador fica evidente em um conjunto de aquarelas de boa qualidade enviadas à ACL em 1786, as quais representam uma jiboia, uma cobra “suló” e diversas variedades de caranguejos da costa indiana (Meneses, 1786). Aparentemente, essas pinturas se destinavam a ilustrar a obra do médico goês Luís Caetano de Meneses (Caetano, Soromenho, 2001, p.44), *Medicina oriental, socorro índico aos clamores dos pobres enfermos do Oriente* (Meneses, s.d.a). A obra, que permaneceu inédita, era uma compilação que tratava, em seu primeiro volume, “da historiologia médica das plantas, peixes, e aves, dos animais quadrúpedes, e reptantes, dos metais, minerais, e pedras preciosas”. O segundo volume se dedicava a “várias Composições Farmacêutico-Indianas”. Caetano de Meneses foi um dos sacerdotes envolvidos na Inconfidência Goesa, de 1787. Preso, morreu no cárcere em Lisboa (Rivara, 1875, p.40).

É muito provável que Francisco Luís de Meneses tenha sido o responsável por enviar a *Medicina oriental* à ACL, junto com seus desenhos. Como ocorria com todo bom *amateur*, seus interesses eram ecléticos e também incluíam textos recentes e antigos sobre Goa. Entre as remessas de Meneses estavam cópias de dois tratados sobre religião indiana, que integravam o espólio do Cartório dos Jesuítas, expulsos da Índia em 1759. Os tratados eram acompanhados de 28 estampas com divindades indianas, entre elas as dez principais encarnações de Vishnu. Esses tratados foram impressos pela ACL, em 1812, mas sem as ilustrações (Breve relação..., 1812). Meneses tinha planos de escrever sobre o assunto, mas a morte impediu que concluísse o intento.

Outro nativo indo-português a se interessar pela natureza local, em especial pelo uso medicamentoso da flora, foi Inácio Caetano Afonso, físico-mor do Estado da Índia. Afonso era de origem brâmane e dominava os saberes fitoterápicos indianos, no entanto recebeu alguma formação em medicina ocidental, por meio do convívio com os médicos portugueses enviados a Goa (AHG, s.d., maço do reino 178A, f.272). O domínio simultâneo de conhecimentos médicos indianos e ocidentais trouxe-lhe reconhecimento, permitindo que chegasse à condição de físico-mor, ou seja, a de médico-chefe da colônia.⁴ Foi o primeiro indo-português a atingir um posto dessa natureza, o que pode ser atribuído à política pombalina de equiparação entre nativos e reinóis. Um alvará de 1761 deixa isso claro em relação aos indo-portugueses. O dispositivo ordenava que os naturais da Índia portuguesa, “sendo cristãos batizados e não tendo outra inabilidade de Direito, gozem das mesmas honras, preeminências, prerrogativas e privilégios de que gozam os naturais destes Reinos” e que os cargos da estrutura governativa

fossem dados "de preferência aos naturais das respectivas terras, mostrando-se capazes" (Alvará..., 1830).

Em 1794, atendendo a um pedido vindo de Lisboa, Afonso escreveu um pequeno tratado sobre o uso medicinal de plantas orientais (AHG, s.d., maço do reino 175, f.220-221v). A alta mortalidade das tropas portuguesas estabelecidas na Índia levou a Coroa a insistir na recolha e compilação dos saberes médicos locais. Uma carta régia de 1798 ordenava aos médicos do Hospital Militar de Goa que estudassem o uso medicinal das plantas e raízes locais. O resultado foi uma memória sobre o tema enviada no ano seguinte a Portugal, pelo cirurgião-mor José de Abriz (Walker, 2011, p.38). Além disso, como havia no hospital um jardim dedicado ao cultivo de plantas medicinais, teve início um processo de troca de espécies com o Jardim Botânico de Lisboa.

O Ilmo. e Exmo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho manda remeter ao Sr. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira um caixote com raízes medicinais, remetidas de Goa pelo Cirurgião Mor do Estado da Índia, e igualmente a cópia do que ele escreve ao mesmo respeito; e deseja S. Ex.a, que o Sr. Dr. Alexandre reserve para o Real Jardim Botânico o que julgar conveniente, e que remeta o resto com as mesmas cópias ao Dr. Tavares, pedindo-lhe da parte de S. Ex.a., que queira fazer as indagações, e experiências, que lhe parecem próprias para se conhecer a utilidade, que se pode esperar destas drogas = Secretaria de Estado em 19 de Janeiro de 1801 = Vão aqui juntas também umas folhas vindas pela mesma ocasião, e de que trata a Memória junta (Muhnac, s.d.a).

José de Miranda Almeida, sucessor de Abriz, também fez remessas a Portugal de sementes variadas, entre elas as de teca, acompanhadas de um relatório sobre as mesmas (AHG, s.d., maço do reino, 183B, f.451-452 e 457-457v; Muhnac, s.d.a.). Da mesma forma, da Ajuda foram enviadas semente de plantas medicinais para a Índia.

Em tempos de dom Rodrigo de Souza Coutinho

Quando a Secretaria da Marinha e Ultramar foi assumida por dom Rodrigo de Souza Coutinho, em 1796, o foco das atividades botânicas em Goa voltaria a ser o transplante de espécies para o Brasil. Os propósitos do ministro foram explicitados em uma carta dirigida ao governador Francisco António da Veiga Cabral da Câmara.

Sua Majestade é servida que V. Exa tente se é possível, por qualquer modo, procurar obter da Ilha de Timor plantas vivas de Cravo e da Noz-moscada, assim como da Árvore da Canela e da Árvore a Pão das Ilhas do Mar do Sul, particularmente de Taiti; e que obtendo as procure V. Exa fazer Viveiros destas plantas em Goa, de donde as irá mandando para os seus Domínios da América, por todas as ocasiões que houver. E a mesma Senhora manda segurar a V. Exa que terá a aquisição destas Plantas por um de seus maiores serviços que V. Exa possa fazer à Sua Real Coroa.

Deus Guarde V. Exa Palácio de Queluz, em 18 de Março de 1797// Dom Rodrigo de Souza Coutinho// (AHU-Índia, s.d., código 520, f.99).

Dom Rodrigo tentava deixar claro para o governador que não se tratava apenas de mais um pedido, mas a mais importante das demandas da Coroa. Essa ordem deve ter resultado em um conjunto de viveiros que episodicamente aparece na documentação mencionado

como jardim botânico. O ministro, contudo, não parecia satisfeito com os resultados, pois insistia, em 1800, com o governador Veiga Cabral para que fosse feito um jardim tal qual fora feito nas colônias da América (Lopes, 1996, p.287; AHG, s.d., maço do reino 181A, fl.119). Ao menos nesse período, o jardim botânico não deve ter saído do plano das intenções, tal como acontecera com quase todos os que ele ordenara fossem criados no Brasil. Em 1802, a correspondência afirmava estar o jardim em ruínas e que o físico-mor de Goa andava em busca de novo terreno, pois o anteriormente escolhido demonstrara-se impraticável. Passado um ano, o sucessor de Souza Coutinho, o visconde de Anadia, insistia na implantação do jardim (AHU-Índia, s.d., códice 521, f.9).

Independentemente da condição, ou mesmo da existência de fato de um jardim botânico em Goa, a virada de século foi um período de muitas solicitações e envios de sementes e de espécimes botânicos vivos a Portugal e ao Brasil. Em 1797, dom Rodrigo encaminhou ao governador Veiga Cabral um pedido de canas-de-açúcar da costa do Malabar, juntamente com uma publicação sobre canas do Oriente. Na carta, o ministro insistia em que as canas viajassem “bem enraizadas a fim que cheguem aqui em estado que não fiquem frustradas as vistas de Sua Majestade, e se prosperem nos climas a que se destina a sua cultura” (AHU-Índia, s.d., códice 520, f.112-112v). No ano seguinte, as solicitações foram ampliadas e diversificadas.

Sua Majestade manda recomendar a Vossa Excelência que com o maior desvelo, e com todas as precauções que julgar necessárias para a sua conservação, mande um número considerável de Plantas bem enraizadas das árvores de Teca, e de Sândalo, havendo aqui bem fundadas informações que de Damão se poderão haver as Plantas de Teca e de Goa, ou Timor e Solor as de Sândalo, o que tudo seria, podendo transplantar-se, a maior aquisição para os Grandes Domínios Territoriais que Sua Majestade possui no Brasil. Lembro também a Vossa Excelência as plantas do Cravo-da-Índia, e da Noz-Moscada, que se pode tirar de Timor e Solor, e que poderiam vir um grande número de pés para se plantarem.

Deus guarde a Vossa Excelência. Palácio de Queluz em 14 de Novembro de 1798.
(AHU-Índia, s.d., códice 520, f.121.)

Na sequência, chegaram a Lisboa remessas diversas de sementes e mudas de teca, de caneleira e de sândalo (AHG, s.d., maços do Reino 181A, 183A, 183B; AHU-Índia, s.d., códice 520; Muhnac, s.d.a.). Parte delas foi retida em Lisboa, para experimentos e tentativas de cultivo, e outra parte foi mandada ao Brasil, em especial à Bahia.

Ao Senhor Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira remete seu Amigo, e Venerador D. Rodrigo de Sousa a inclusa Lata, que veio da Índia, com Semente de bela Árvore odorífera de Sândalo, para que faça semear parte da mesma Semente, e a outra a faça remeter para todas as Capitânicas do Brasil, dando parte disso mesmo ao Doutor Vandelli Diretor do Jardim Botânico, a fim que se façam essas sementeiras; e as expedições para o Brasil com Avisos assinados por ele D. Rodrigo para todos os Governadores do Ultramar, com grandes recomendações, para que tomem muito a peito a produção desta Árvore; o que tudo espera o Senhor Doutor Alexandre faça executar, e para o obsequiar, e lhe dar gosto fica muito pronto = Hoje 14 de Dezembro de 1801= (Muhnac, s.d.a.).

M E M O R I A
S O B R E
A C A N E L E I R A,
PARA ACOMPANHAR A REMESSA
DAS PLANTAS,
Q U E
O PRINCIPE N. SENHOR
MANDA TRANSPORTAR
PARA O BRAZIL.



L I S B O A,
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
Com licença de Sua Magestade.

Figura 2: Memória sobre a caneleira (Fonte: Velloso, 1798).

Um das remessas de mudas e sementes de caneleira feitas pelo governador da Índia foi acompanhada de uma memória sobre o cultivo da espécie. Essa memória, cujo autor não é mencionado, foi mandada publicar pelo conde de Linhares e passou a ser distribuída no Brasil para incentivar o cultivo da especiaria (Velloso, 1798). Em relação à teca, foram feitos grandes esforços para introduzir essa árvore na Bahia. Para lá foram enviadas diversas partidas de sementes, mas o plantio fracassou.

Bahia, 23 de novembro de 1802.

Com o ofício de V. Ex. n.58 recebi um caixote com semente de teca a fim de se fazer sementeiras de tão preciosa árvore em diferentes sítios d'esta Capitania. Já a tenho distribuído por diversos agricultores com a cópia da nota, que a acompanhou, sobre o modo da sua cultura e me persuado que não deixará de nascer e prosperar neste País, se for a semente nova e tiver sido logo depois de colhida, enviada da Índia, donde será talvez melhor que venham mesmo pequenas plantas desta árvore, para aqui se transplantarem e mais seguramente se conseguir o naturalizar-se e propagar-se (AHU-Índia, s.d., códice 521, f.9).

Outra parte das sementes foi encaminhada ao juiz conservador das Matas de Ilhéus, o luso-brasileiro Baltazar da Silva Lisboa. No entanto, ele também viria a informar, no início de 1802, que suas tentativas iniciais foram frustradas porque elas não germinaram (AHU-Bahia, s.d., doc.23.567). O transporte de mudas era muito mais complicado do que o de sementes. Nesse período, a única muda viva de teca que chegou de Goa foi entregue a Domingos Vandelli, para tratá-la com os maiores cuidados, pois o inverno se aproximava. Dadas as dificuldades, foi tentada uma alternativa intermediária. O visconde de Anadia, que substituiu dom Rodrigo na pasta do Ultramar, encarregou Alexandre Rodrigues Ferreira de fazer uma sementeira de teca no Jardim da Ajuda, para depois distribuí-las nas colônias americanas (Muhnac, s.d.a.).

O processo continuaria nos anos seguintes. Nas instruções dadas a Francisco da Cunha Meneses, que assumiu o governo da Bahia em 1805, constava a seguinte recomendação sobre o cultivo da teca: “Procurareis naturalizar nessa Capitania, logo que se vos remetam as plantas que para esse fim mandei vir dos domínios da Ásia” (AHU-Bahia, s.d., doc.20.459; AHG, s.d., maço do reino 184A, f.225, 227). As mudas produzidas em Goa chegaram a Lisboa em 1806, como informa a documentação: “Agora se entregaram também no Jardim Botânico dois caixotes com Plantas de Teca, remetidas de Goa, e que me consta estão vivas, e viçosas. Recomendo a Vossa Mercê todo o cuidado na sua conservação” (ver Muhnac, s.d.a.; AHG, s.d., maço do reino 185, f.200-203). Até 1810, pelo menos, o envio de mudas de teca de Goa para a Bahia foi contínuo, mas, aparentemente, o projeto de aclimação foi malsucedido.

Simultaneamente, estavam sendo conduzidas tentativas de aclimação de pimenta-da-índia e de canela, as quais, como as da teca, encontraram grandes dificuldades. Nem sempre a questão era obter mudas e sementes. Faltava dominar as técnicas de como cultivar e fazer o aproveitamento econômico. Desde 1800, dom Rodrigo de Souza Coutinho tentava enfrentar a questão. Em carta ao governador da Índia, insistia que fosse feito todo o esforço possível para obter informações sobre “o método por que em Ceilão se tira das Caneleiras a casca e se forma a Canela, procurando Vossa Exa. tanto sobre este objeto, como sobre a Pimenta, a Árvore que dá o Pau de Sândalo e a Teca todas as instruções possíveis, pois são objetos que S.A.R. deseja naturalizar no Brasil” (AHU-Índia, s.d., códice 520, f.213; AHG, s.d., maço do

reino 184A, f.79). Além das instruções, dom Rodrigo queria que viessem da Índia para o Brasil pessoas com prática: "Um cultivador de Pimenta e outro de Canela, que saibam preparar e cultivar tanto uma como outra produção e os remeta na nau de viagem à Bahia" (AHU-Índia, s.d., códice 520, f.99, 185). De fato, todas essas tentativas foram frustradas. Muitas das espécies ambicionadas chegaram a ser introduzidas na Bahia e em outras partes do Brasil, mas sem que, de imediato, se transformassem em produção comercializável.

Um conhecimento interessado

No século XVIII, como se observa, a Coroa portuguesa não manifestou grandes preocupações em produzir um conhecimento autônomo da natureza oriental. Basta ver o papel mais do que secundário conferido à porção oriental do Império no período em que patrocinou viagens filosóficas às suas colônias. Naturalistas foram mandados ao Brasil, a Angola, a Moçambique e a Cabo Verde. O Oriente ficou restrito à rápida passagem de Manuel Galvão da Silva, a caminho da África, e ao trabalho feito por iniciativa própria pelo padre Loureiro.

O envolvimento da Coroa portuguesa e seus agentes com a flora do Oriente caracterizou-se por um caráter duplamente interessado. Em primeiro lugar, preponderou um traço marcadamente utilitário. Quando se fala em ciência na Península Ibérica no século XVIII é quase obrigatório fazer uma inflexão explicativa, para ultrapassar o *topos* do "utilitarismo ibérico". Todavia, uma parcela importante da historiografia contemporânea tem procurado demonstrar que o utilitarismo nas ciências não era uma característica espanhola ou portuguesa, mas uma marca geral do iluminismo (ver Briggs, 1991; Spary, 2000; Drayton, 2000; Kury, 2004). A historiadora Paula de Vos sintetiza muito bem o estado dessa questão. Passemos-lhe a palavra, portanto:

O caráter utilitário do estudo da História Natural no século XVIII – e dos propósitos do Iluminismo em geral – não é, sabidamente, um conceito novo. As obras botânicas francesas da Academia de Ciências de Paris e do Jardin du Roi mostram evidências claras da importância dada à utilidade e à ciência aplicada no que respeita à investigação botânica. A preponderância de itens utilitários em gabinetes de curiosidade holandeses tem sido amplamente interpretada como uma consequência natural de seu espírito capitalista. Foram, no entanto, os historiadores do Império Britânico, que tendem a dominar esse campo de estudo, que estabeleceram claramente a proeminência da utilidade na ciência ilustrada britânica e que a recolha de espécimes e informações da História Natural tinha em vista seus usos práticos. Da mesma forma, a história dos jardins botânicos britânicos enfatiza os objetivos utilitários do cultivo de plantas e a ideia de que o aumento do conhecimento levaria ao 'progresso' geral da sociedade. As evidências detalhadas e as argumentações cuidadosas apresentadas por esses estudiosos levaram à conclusão de que a pesquisa científica podia, de fato, ter espaço na administração do império (De Vos, 2007, p.213).

O segundo traço do interesse português sobre a natureza oriental é que o seu foco não era exatamente as colônias do Oriente, mas as da América. A intenção maior era a de provocar transformações na produção agrícola e florestal em suas colônias do Brasil. Aos poucos, durante o século XVIII, ganhou corpo o propósito de aclimatar na América portuguesa as espécies orientais de interesse econômico, como a pimenta-da-índia, a noz-moscada, a canela, o cravo,

a teca e o sândalo. Seria uma forma de competir com os holandeses, que haviam tomado aos portugueses o monopólio do comércio das especiarias do Oriente.

O caráter utilitário do estudo da natureza tropical começou a ganhar contornos sistemáticos na França, em finais do século XVII, por iniciativa Jean-Baptiste Colbert, para quem a apropriação econômica da fauna e da flora dos trópicos era uma questão econômica de primeira importância (Regourd, 1999). Os propósitos colbertianos resultaram na criação de uma rede de jardins botânicos coloniais, construída ao longo do século XVIII. O Jardin des Pamplemousses, na Île de France, tornou-se o principal horto dessa rede, quando Pierre Poivre assumiu seu comando, em meados do século XVIII. O naturalista utilizou-se de diversos meios para obter sementes e mudas das cobiçadas especiarias do Oriente, como a noz-moscada, a canela, o anis-estrelado e o cravo, conseguindo aclimatá-las no arquipélago das Mascarenhas, rompendo assim o monopólio neerlandês. Trouxe ainda a pimenta-da-índia, cujo cultivo disseminou pelas colônias do Oriente e mesmo na Guiana. Interessou-se também pelas frutas, introduzindo nas Mascarenhas diversas espécies orientais, como a lichia, a manga e o mangostão. Da América, trouxe o cacau e o abacate. Poivre estabeleceu um padrão de jardim botânico colonial, de reconhecida eficácia econômica, ao qual o historiador James McClellan (1992, p.148) denominou “jardim botânico aplicado”. A Île de France tornou-se uma espécie de plataforma de difusão intercolonial de espécies botânicas.

Pamplemousses acabou servindo de protótipo para experiências semelhantes conduzidas pelas outras potências coloniais, incluída a Inglaterra. Joseph Banks era um grande admirador daquele jardim e o considerava o modelo a ser seguido na montagem da rede britânica de hortos botânicos tropicais (Grove, 1995, p.330). Mais tarde, na conjuntura das guerras napoleônicas, a Inglaterra conquistou a Île de France, com o intuito exclusivo de se apossar de suas instalações botânicas e plantações de especiarias.

Considerações finais

Dom Rodrigo de Souza Coutinho também era um admirador da obra de Poivre e tentou criar uma rede de jardins botânicos tropicais nos mesmos moldes que os franceses. Na perspectiva do ministro, Goa serviria de entreposto para alimentar os jardins botânicos americanos com sementes e mudas de espécies orientais. Entenda-se, assim, o caráter utilitário com que foi abordada a natureza no Oriente. No entanto, esse utilitarismo não pode ser encarado como algo menor em relação à suposta ciência pura desenvolvida pelas potências dominantes, mas algo que estava no cerne do saber científico imperial que então ganhava corpo. Muito ao inverso do que se costuma acreditar, o relativo atraso português não foi o apego tardio ao agrarismo, mas a demora na descoberta das possibilidades da agricultura tropical colonial. Portugal, na realidade, chegou atrasado à nova corrida imperial europeia, que começara a tomar forma nesse período, na qual o “conhecimento científico” foi um dos termos-chave (Osborn, 2000, p.135-151).

AGRADECIMENTOS

As pesquisas que possibilitaram a elaboração do presente artigo contaram com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Odebrecht.

NOTAS

¹ Como texto exemplar, ver o debate sobre os danos que advieram da deficitária conquista da Índia, em oposição ao lucrativo Brasil, inserido em Vasconcelos (1608, p.24 e s).

² Formalmente, o diretor era Domingos Vandelli.

³ Os Gates são uma serra que se situa a leste de Goa.

⁴ O historiador Timothy Walker (2011) desenvolve uma interessante discussão sobre a fusão de conhecimentos médicos indianos e ocidentais em Goa.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Cristóbal.
Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales: con sus plantas dibujadas al biuo por Christobal Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente – en el qual se verifica mucho de lo que escribio el Doctor Garcia de Orta. Burgos: Martin de Victoria. 1578.
- AHG.
Arquivo Histórico de Goa. Panagi, maços do reino 175, 178A, 181A, 183B, 184A, 185. s.d.
- AHU-BAHIA.
Arquivo Histórico Ultramarino-Bahia. Lisboa, doc.20.459, 23.567. s.d.
- AHU-ÍNDIA.
Arquivo Histórico Ultramarino-Índia. Lisboa, códices 425, 517, 520 e 521, caixa 365. s.d.
- AHU-MACAU.
Arquivo Histórico Ultramarino-Macau. Lisboa, caixas 15, 18, 21 e 22.
- AHU-TIMOR.
Arquivo Histórico Ultramarino-Timor. Lisboa, caixa 3. s.d.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de.
Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*, n.15, p.339-481. 1975.
- ALVARÁ...
Alvará de 2 de abril de 1761. In: Silva, Antonio Delgado da. *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações*, v.1, legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigreense. p.793-795. 1830.
- BREVES INSTRUÇÕES...
Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a Historia da Natureza para formar um Museo Nacional. Lisboa: Tipografia da Academia. 1781.
- BREVE RELAÇÃO...
Breve relação das escrituras dos gentios da Índia Oriental, e de seus costumes: notícia sumária do gentilismo da Ásia. *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas*, t.1, n.3. p.1-60. 1812.
- BRIGGS, Robin.
The Académie Royale des Sciences and the pursuit of utility. *Past and Present*, v.131, n.1, p.38-88. 1991.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc, Comte de.
Histoire naturelle, générale et particulière: avec la description du Cabinet du roy. Paris: De l'Imprimerie Royale. 1763.
- CAETANO, Joaquim Oliveira; SOROMENHO, Miguel.
Ciência do desenho: a ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. p.44. 2001.
- CARVALHO, Rómulo de.
A história natural em Portugal no século XVIII. Lisboa: Icalp. 1987.
- CLUSIO, Carolo; HORTO, Garcia.
Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indios nascentium historia. Antuerpiæ: Christophori Plantini. 1567.
- CORTESÃO, Armando (Ed.).
A suma oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues. Coimbra: Universidade de Coimbra. 1978.
- COSTA, Ana M. Amorim da.
As ciências naturais na reforma pombalina da universidade: estudo de rapazes, não ostentação de príncipes. In: Araújo, Ana Cristina (Coord.). *O marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p.176. 2000.
- DE VOS, Paula.
Natural history and the pursuit of empire in eighteenth-century Spain. *Eighteenth-Century Studies*, v.40, n.2, p.209-239. 2007.
- DEAN, Warren.
A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.216-228. 1991.

DOMINGUES, Ângela.

Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.8, supl., p.823-838. 2001.

DRAYTON, Richard Harry.

Nature's government: science, imperial Britain, and the "improvement" of the World. London: Yale University Press. 2000.

DROUIN, Jean-Marc.

Les amateurs d'histoire naturelle: promenades, collectes et controverses. *Alliage*, n.69, p.35-47. 2011.

FARIA, Francisco Leite de.

Estudo sobre frei Alberto de São Tomás. In: São Tomás, Alberto de. *Virtudes de algumas plantas da ilha de Timor*. Lisboa: Ministério do Ultramar. 1969.

GARMES, Helder.

Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa. In: Garmes, Helder. *Oriente: engenho e arte*. São Paulo: Alameda. p.15-85. 2004.

GOMES, Bernardino António.

Elogio histórico do padre João de Loureiro. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, t.4, parte 1, p.1-16. 1872.

GÓMEZ-CENTURIÓN, Carlos.

Curiosidades vivas: los animales de América y Filipinas en la Ménagerie real durante el siglo XVIII. *Anuario de Estudios Americanos*, v.66, n.2, p.181-211. 2009.

GROVE, Richard.

Green imperialism: colonial expansion, Tropical Island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

HAMY, Ernest-Théodore.

La mission de Geoffroy Saint Hilaire en Espagne et en Portugal (1808). *Nouvelles Archives du Muséum d'Histoire Naturelle*, série 4, v.2, p.1-28. 1908.

KURY, Lorelai.

Homens da ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.11, supl., p.109-129. 2004.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires.

Goa setecentista: tradição e modernidade. (1750-1800). Lisboa: Universidade Católica de Lisboa. 1996.

LOUREIRO, João de.

Flora cochinchinensis: sistens plantas in regno Cochinchina nascens. Berlin: Haude et Spener. 1793.

LOUREIRO, João de.

Flora cochinchinensis: sistens plantas in regno Cochinchina nascens. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1790.

MACEDO, Duarte Ribeiro de.

Discurso sobre se poderem transplantar todas as plantas, que [há] na Ásia, na nossa América, e conveniência que disso podem resultar ao Reino. Doc. 10, 1, 29 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). s.d.

MCCLELLAN, James E.

Colonialism and science: Saint Domingue in the Old Regime. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1992.

MENESES, Luís Caetano de.

Medicina oriental, socorro índico aos clamores dos pobres enfermos do Oriente. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Série Azul, cód.21 e 22). s.d.a.

MENESES, Francisco Luís de.

Historia natural e descrição do terió, ou bicho vergonhoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Série Azul, cód.209). s.d.b.

MENESES, Francisco Luís de.

Descrições de história natural. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Série Azul, cód.203). 1788a.

MENESES, Francisco Luís de.

Lista das produções da natureza para o Gabinete da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. (Série Azul, cód.981). 1788b.

MENESES, Francisco Luís de.

Memórias e descrições das produções da natureza. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. (Cód.6337). 1786.

MUHNAC.

Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Lisboa, código 1863. s.d.a.

MUHNAC.

Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Lisboa, remessas 384, 385, 385a, 385b, 385c, 385d, 385e, 387. s.d.b.

ORTA, Garcia de.

Coloquios dos simples, e drogas e cousas medicinais da India. Goa: Ioannes de Endem. 1563.

OSBORN, Michael A.

Acclimatizing the world: a history of the paradigmatic colonial science. *Osiris*, v.15, p.135-151. 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello.
"Las cosas singulares de piedras, animales, plantas": la formación y el funcionamiento de la red imperial española de remesas científicas en el Virreinato del Río de la Plata. *Anais do Museu Paulista*, v.21, n.1, p.91-138. 2013.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello.
Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. *Topoi*, v.6, n.10, p.99-142. 2005.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello.
Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde em finais do século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.36, p.29-60. 2002.

PINTO, Celsa.
Trade and finance in Portuguese India: 1770-1840. Concept: New Delhi. 1994.

POMIAN, Krzysztof.
Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris-Venise, XVIe-XVIIIe siècles. Paris: Gallimard. 1987.

REGOURD, François.
Maîtriser la nature: un enjeu colonial; botanique et agronomie en Guyane et aux Antilles – XVIIe-XVIIIe siècles. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, v.86, n.322, p.39-63. 1999.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha.
A conjuração de 1787 em Goa. Nova Goa: Imprensa Nacional. 1875.

RODRIGUES, Eugénia.
Intendência da Agricultura (Goa). Disponível em: <https://edittip.net/2014/02/02/intendencia-da-agricultura-go/>. Acesso em: 25 out. 2015. 2014.

RUMPHIUS, Georg Everhard.
Herbarium amboinense. Amsterdam: Hermanus Uytwerf. 1741.

SILVA, Manoel Galvão da.
Observações sobre a história natural de Goa feitas no ano de 1784. Nova Goa: Imprensa Nacional. 1862.

SIMON, Willian Joel.
Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories: 1783-1808. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical. 1983.

SPARY, Emma.
Utopia's garden. Chicago: University of Chicago Press. 2000.

VAN RHEEDE, Hendrik.
Hortus indicus malabaricus. Amsterdam: Johannis van Someren et Joannis van Dyck. 1678-1703.

VASCONCELOS, Luiz Mendez de.
Do sítio de Lisboa: diálogo. Lisboa: Oficina de Luís Estupiñan. 1608.

VELLOSO, José Mariano da Conceição (Ed.).
Memoria sobre a cultura do loureiro cinamomo, vulgo, caneleira de Ceilão, que acompanhou a remessa das plantas da mesma feita de Goa para o Brasil. Lisboa: Simão Thadeo Ferreira. 1798.

WALKER, Timothy.
Supplying simples for the Royal Hospital: an Indo-Portuguese medicinal garden in Goa (1550-1830). In: Jarnagin, Laura. (Ed.) *Portuguese and Luso-Asian legacies in Southeast Asia, 1511-2011: the making of the Luso-Asian world, intricacies of engagement*. Singapore: Isas. 2011.

